



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO E CONTRA RECURSO ADMINISTRATIVO

EMPRESAS:

EPICO COMERCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA – PROCESSO Nº 9921/2021 (RECURSO)
SANIGRAN LTDA – PROCESSO Nº 0292/2022 (CONTRA RECURSO)

Processo Licitatório: 0977/2021

Referente à:

PREGÃO Nº 112/2021

DATA DA ABERTURA: 21 de dezembro de 2021

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, INSETICIDAS, RATICIDAS E EPI'S A SEREM UTILIZADOS NO SETOR DE ENDEMIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI E VII DO REFERIDO EDITAL.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado de na modalidade Pregão do tipo menor preço unitário, para Registro de Preços, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 10/11/2021, no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 11/11/2021, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

Conforme Ata de Sessão Pública da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Sra. Pregoeira, **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros **CARLOS DE OLIVEIRA LIMONGI, GILBERTO DA COSTA FREITAS E LACY MONNIE TEIXEIRA BASTOS**. Compareceu ao certame as empresas: **EPICO COMERCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA** e **SANIGARN LTDA**.

Para os prazos do julgamento do presente processo foram considerados o art. 109, I, a, §§ 3º e 4º, bem como, art. 110, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores modificações.

DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **EPICO COMERCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA**.

DO RECURSO:

A Recorrente informa que o edital foi dividido em 23 itens, a constar no Anexo V, termo de Referência e que após a abertura realizado pela Pregoeira, foi liberado entre os licitantes a fase de lances o qual se encerrou nos itens 15, 20, 22 e 23, como consagrada vendedora a empresa SANIGARN LTDA, sob CNPJ 15.153.524/0001-90, de forma a ofertar os melhores valores. Informa, ainda, a recorrente, as descrições dos itens acima. De acordo com a empresa, tais produtos ofertados pela empresa Sanigran Ltda., “não atendem as especificações do termo de referência solicitado no edital, assim sendo a proposta desta empresa a ser desclassificada, conforme se prever em edital o critério de julgamento e adjudicação, item 5.1, que: - A presente licitação é do tipo menor preço unitário, para registro de preços, sendo que o julgamento das

propostas será realizado de conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que oferecer o menor preço unitário. Assim também como prever a desclassificação de proposta comercial divergente do solicitado no edital, conforme os artigos 43 e 48 da lei 8.666/93.”

A recorrente continua narrando conforme item II do processo sobre o não atendimento do termo de referência do edital e como o edital do certame é claro e vincula todos os licitantes. Fala sobre o artigo 3º da Lei nº 8.666/93. Adentra no mérito do recurso informando que as marcas dos produtos ofertados pela empresa Sanigran Ltda. não atendem as especificações exigidas no Termo de Referência, pois as mesmas apresentam formulação, ativos e características diferentes do solicitado do Edital. A seguir faz um comparativo de item a item, a demonstrar que os produtos ofertados pela empresa consagrada vencedora, SANIGRAN LTDA, não atende as especificações do termo de referência. A empresa, também, anexa panfletos, ficha técnica dos itens.

A recorrente no item III fala da previsão de desclassificação da proposta comercial, conforme item 5.1, além de informar esta previsão de acordo com o artigo 43 e 48, da Lei nº 8.666/93. Traz para os autos, também, a doutrina de JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO sobre a vinculação do instrumento convocatório. Traz, ainda, o entendimento do TCU 02280320088 julgado em 14/07/2010. Continua em sua narração que a Administração não pode habilitar empresa que descumpriu o disposto em edital, sob pena de mudar as regras do certame após o seu início, ferindo de sobremaneira os princípios da legalidade, da igualdade, e da vinculação ao instrumento convocatório.

Finalizando, a Recorrente pede deferimento conforme fatos e argumentos apresentados neste RECURSO, com lúdima justiça que:

- Peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;
- Seja reformada a decisão da Douta Pregoeira, que declarou como vencedora a empresa SANIGRAN LTDA, conforme motivos consignados neste Recurso, tendo em vista o descumprimento das normas do edital, ofertando produtos o quais não atende a solicitação.
- Caso a Douta Pregoeira opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art.º 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

DA CONTRA RAZÃO

A empresa contra recorrente Sanigran alega que:

“Veja-se que no item 20 é a base de trigo como solicitado na descrição do objeto como ficha técnica em anexo, além disso, o princípio ativo ofertado pela empresa recorrida é superior ao ativo requerido, isto pode ser confirmado através do comparativo:”

QUADRO 7 - Especificações gerais de raticidas anticoagulantes crônicos

Raticida	warfarina (cumarina)	cumadoro	cumafetrilil	clorofacinona	difenacoum	brodifacoum	bromadiolone	flocoumafen	difethialone
Formulações disponíveis	isca / pó	pó	isca / pó	isca	isca	isca / bloco	isca / bloco	isca / bloco	isca / bloco
Derivado	cumarina	cumarina	cumarina	indandiona	cumarina	cumarina	cumarina	cumarina	cumarina
Dose letal (mg/kg)	187	186	16,5	20,5	1,80	0,26	1,125	0,25 a 0,56	0,51
Percentagem do ingrediente ativo (%)	0,05 / 1	1	0,05 / 0,75	0,005	0,005	0,005	0,005	0,005	0,0025
Palatabilidade	Boa	-	Boa	Regular	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
Grupo	DM	DM	DM	DM	DU (intermediário)	DU	DU	DU	DU

Figura 1: Quadro constante no processo 0292/2022 (Contra Razão da empresa Sanigran)

Alega também que:

“Referente ao item 22 a situação não é diferente, o princípio ativo brodifacoum, sendo também produto extrusado, conforme pode ser observado no catálogo do produto. Importante destacar ainda que já existe decisão reconhecendo que o fato do produto ser superior não impede a Administração em aceitá-lo, isso porque, de modo lógico a parte contratante poderá até mesmo economizar, racionando seu uso uma vez que os produtos contêm concentração maior ao solicitado no edital”

No decorrer de sua Contra Razão, a empresa Sanigran apresenta decisão proferida pelo Município de Rio Claro e solicita abrir “diligência visando verificar que o produto atende todas as exigências do ato convocatório (itens 20 e 22) e que os demais itens estão direcionados para a cotação de uma única marca, de maneira completamente ilegal”, bem como solicita o recebimento das contrarrazões ao recurso administrativo e que seja mantida a declaração de vencedora.

DO MÉRITO:

Ao buscarmos informações do que recorre o Requerente fica claro que as informações deverão ser prestadas pelo Setor técnico solicitante, item a item. Com isso, o processo de Recurso, juntamente ao de Contrarrazões, foram enviados à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Endemias para manifestação do que reclama ambas as partes. O processo foi recebido neste Setor em 11 de janeiro de 2022 com o despacho em anexo.

DO JULGAMENTO:

Observados os ritos legais, foi enviado e-mail para a empresa participante dos itens do certame licitatório para apresentação de contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias. A empresa SANIGRAN LTDA apresentou suas contrarrazões dia 10 de janeiro de 2022.

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação do instrumento convocatório.

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 3º da Lei 8.666/93, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Considerando o parecer da Secretaria Municipal de Saúde feito pelo Setor Técnico responsável – Setor de Endemias da Vigilância Ambiental – esta Pregoeira, por todo o exposto DESCLASSIFICA a empresa SANIGRAN LTDA para os itens 15 e 23 e mantém a mesma CLASSIFICADA para os itens 20 e 22.

DA DECISÃO:

Finalizando, esta Pregoeira, acolhe o recurso interposto para acata-lo parcialmente, desclassificando a empresa SANIGRAN LTDA, para os itens 15 e 23 e a mantendo classificada para os itens 20 e 22. e enviando os autos ao Gabinete do Prefeito para possível ratificação pelo Exmo. Senhor Prefeito e após, sendo ratificada a decisão, em atenção ao princípio do devido processo legal, deverá ser notificada a empresa da decisão.

São José do Vale do Rio Preto, em 17 de janeiro de 2022

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira